

SEMINARIO "QUESTAO AGRARIA E DEMOCRACIA"

O "SER" E O "DEVERIA SER" NO CONCEITO DA PEQUENA PRODUÇÃO

Maria Ignez S. Paulilo

XIV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 22 A 26 DE OUTUBRO DE 1990

CAXAMBU, MINAS GERAIS

O "SER" E O "DEVERIA SER" NO CONCEITO DA PEQUENA PRODUÇÃO

Maria Ignez S. Paulilo

Universidade Federal de Santa Catarina

O título certamente parecerá estranho à primeira vista, mas é justamente do "ser" e do "dever ser" que vamos tratar neste texto. A questão surgiu porque, ao iniciarmos a pesquisa "Pequenos produtores catarinenses: projetos de vida"¹, onde nos propusemos a estudar um dos assentamentos decorrentes da proposta de Reforma Agrária do governo, percebemos que os conceitos de pequena produção com os quais já havíamos trabalhado não davam conta da situação que queríamos estudar. E não davam conta porque no assentamento estavam-se criando novas formas de pequena produção, criação esta baseada em ideais utópicos gestados durante as lutas pela conquista da terra. Estamos usando o termo utópico no sentido relativo que MANHEIM faz da palavra. Para ele, existe o relativo e o absolutamente utópico e ele trabalha com o primeiro sentido do termo, que significa aquilo que parece irrealizável "tão só do ponto-de-vista de uma dada ordem vigente" (MANNHEIM, 1972:220).

É mais ou menos consenso entre os autores que escreveram sobre a Reforma Agrária na Nova República que, no início das ocupações de terra, tanto entre os idealizadores da Reforma Agrária quanto entre aqueles que lutavam pela terra, havia uma idéia "distributivista" desta Reforma, isto é, cada família deveria receber seu pedaço de chão. Com a continuação da luta, idéias sobre o uso coletivo da terra foram se intensificando e sendo postas em prática, embora em âmbito ainda limitado. No assentamento que estudamos, situado no município de Matos Costa (SC) e denominado Putinga, havia cerca de 220 famílias. Destas, cerca de aproximadamente 40 estavam experimentando formas totalmente coletivas trabalho e a grande maioria das outras famílias experimentavam formas semicoletivas, através da posse conjunta de máquinas ou terras ao lado de propriedades individuais.

Voltando a MANNHEIM (1972:229), ele diz que há momentos históricos em que "as idéias situacionalmente transcendentais se tornam pela primeira vez ativas", no sentido de transformar a realidade, e quem se interessa pelo futuro da vida moderna deve ter como tarefa descobrir que momentos são estes e quais as forças que os criam.

Na verdade, só a história dirá qual o futuro das experiências coletivas que observamos. Mas sentimos, em pleno trabalho de campo, o grande potencial que existia de transformação e de mudança. Tentava-se criar um tipo de "pequena propriedade coletiva", não no sentido de cooperativismo tradicional, mas num sentido interessantemente híbrido, isto é, composto da idéia religiosa de irmandade e fraternidade, da idéia marxista de "de cada um segundo sua capacidade e a cada um segundo sua necessidade" e da idéia moderna de se criar empresas grandes formadas por pequenos produtores que usariam insumos e máquinas tecnologicamente avançados. No discurso dos líderes do Movimento dos Sem-Terra (MST), dos líderes religiosos e dos membros dos grupos

¹ Recebemos apoio financeiro do "Programa de dotações para pesquisa da ANPOCS, com recursos da Fundação Ford". a quem agradecemos.

coletivos não há contradições aparentes. A idéia geral é formar empresas coletivas, com 200 a 500 produtores, usando insumos e máquinas modernas para poderem competir no mercado capitalista. Porém, não pretendemos começar nossa análise já com os projetos de vida e as contradições encontradas dentro do assentamento. Queremos, primeiro, fazer uma revisão do uso do conceito de pequena propriedade até chegarmos a um conceito que nos ajude a compreender o que está acontecendo agora no assentamento de Putinga. Para esta revisão seria exaustivo, e mesmo impraticável, revermos toda a literatura sobre o assunto escrita nos últimos anos. Como nós mesmas estamos pesquisando o meio rural brasileiro desde 1974, sempre preocupada com a pequena produção, resolvemos fazer uma revisão de nossa própria "estória", que cremos se confunde com a "história", já que a vivemos entre instituições, seminários e congressos científicos e não em um mundo à parte. Trata-se de uma espécie de "psicanálise" de uma trajetória que não pensamos seja apenas nossa². Pela excessiva ingenuidade de alguns momentos, desculpamo-nos antecipadamente e pedimos a complacência do leitor.

1. AS VICISSITUDES DE UMA PESQUISADORA DE CAMPO OU A DIFÍCIL RELAÇÃO CONCEITO/REALIDADE

1.1 - O Mito do Camponês Isolado

Em 1974, durante a elaboração do projeto de pesquisa que se constituiria posteriormente em nossa dissertação de mestrado (PAULILO, 1976), embora estivéssemos preocupadas com os efeitos da penetração do capitalismo no campo, iniciamos a construção dos conceitos orientadores da pesquisa de campo como se não só o capitalismo, mas mesmo o mercado, ainda não estivessem bem instalados na região de estudo, no caso o município de Valparaíso, a noroeste do Estado de São Paulo.

Em nossa primeira conceituação, definimos a pequena produção através de três elementos: relações de produção, participação no mercado e diversificação agrícola. Seriam então camponeses, em primeiro lugar, aqueles produtores que usassem mão-de-obra predominantemente familiar³. Em segundo, aqueles que vendessem 50% ou menos da produção, e em terceiro, os que fossem policultores. No segundo item, estava contida a idéia de que o consumo alimentar da família vinha, principalmente, do próprio estabelecimento agrícola. Camponês seria, portanto, sinônimo de produtor de subsistência. Havia um pressuposto, que não se confirmou, de que nossos três elementos definidores andariam sempre juntos.

Na época, trabalhamos com uma amostra de 87 propriedades de um total de 347, onde tínhamos 172 produtores com propriedades que variavam de zero a menos de 15 ha.; 96 com propriedades de 15 a menos de 90 ha.; e 79 com propriedades de 90 ha. e mais. Realizada a pesquisa de campo, constatamos que só o montante de trabalho familiar investido na produção manteve-se como um elemento diferenciador. Quanto menor a propriedade, maior a participação da família frente ao trabalho assalariado⁴. Outro elemento - a diversificação agrícola - manteve-se

² Esta situação se nos tornou mais nítida através de uma discussão entre sociólogos e antropólogos rurais havida durante o XIV Encontro Nacional do PIPSA. Belém, 1989.

Algumas ressalvas devem ser feitas. Quando citamos outros autores, nossa intenção é apenas clarear os parâmetros que nos orientaram na época. Citamos, então, as obras que conhecíamos e utilizamos, por mais aleatório que tenha sido este conhecimento. Portanto, a não citação de autores relevantes não é uma omissão. Também nos aconteceu a impossibilidade de citar autores que nos foram úteis porque as referências (bibliográficas, trechos da obra etc.) haviam se perdido ao longo do tempo. Além disso, alguns autores citados podem ter criticado a sua própria posição anos mais tarde sem que tomássemos conhecimento. Fica estabelecido então, que, quando citamos um autor, estamos nos referindo a

sua posição na época, por isso todas as referências têm data.

³ Quanto à crítica ao uso do termo "trabalho predominantemente familiar", ver WILKINSON (1986:39-44).

⁴ Em outras regiões e épocas nem isso se mantém. Ver NEVES (1982).

relativamente uniforme desde as menores até as maiores explorações. Mesmo a participação no mercado, apesar de apresentar diferenças significativas, só em dois casos foi menor de 50%, tendo se concentrado em 90 e 100% e, mesmo nos dois casos citados, a baixa participação se deveu a motivos excepcionais - geada e doença.

Numa última tentativa de "salvar" o modelo conceitual utilizado, procuramos dissociar o item "participação no mercado" da "proveniência do consumo". Serviu-nos como inspiração o trabalho de SINGER (s/d)⁵, publicado pelo CEBRAP, onde ele dizia que mesmo que o produtor vendesse a maior parte da produção, ele ainda seria de subsistência se a maior parte de seu consumo viesse do próprio estabelecimento, mesmo que essa maior parte correspondesse, por exemplo, a 20% da produção total⁶. Porém a proveniência do consumo também se manteve relativamente estável desde as menores até as maiores propriedades. A maior parte do consumo era comprada. Na época, fomos até o CEBRAP conversar pessoalmente com o Professor Paul Singer e, depois de uma discussão bastante frutífera, ele nos incentivou a buscar outras saídas conceituais.

A pequena diversificação da produção estava ligada à predominância de dois produtos na região - café e gado. Mesmo os proprietários bem pequenos preferiram produzir só café, ao invés de diversificar, porque consideravam que era mais vantajoso vender o café e comprar produtos alimentares para a família do que tentar produzir alimentos, despendendo, com isso, terra e mão-de-obra que poderiam ser dedicadas ao café.

Uma solução para o impasse em que nos encontrávamos poderia ter sido dada pelo trabalho de WANDERLEY (1976: 540), onde ela distingue subsistência e autoconsumo. Para ela, se a manutenção da família camponesa passa pelo mercado, nem por isso a produção a que esta família se dedica deixa de ser uma produção de subsistência, se for orientada para a satisfação de suas necessidades básicas⁷. Este trabalho, porém, foi publicado em data posterior à conclusão de nosso trabalho.

Como diferenciar, então, as pequenas, médias e grandes propriedades que estávamos estudando se apenas um dos indicadores apontava para a diferenciação e os outros para a semelhança? Havia três caminhos: considerar o indicador "proporção de mão-de-obra familiar" juntamente com o tamanho da área disponível como critérios suficientes para diferenciar as propriedades; classificá-las de acordo com alguma espécie de contínuo (renda, proporção de mão-de-obra assalariada ou outros) ou partir em busca de novos indicadores. Decidimo-nos pela terceira opção.

Novo critério surgiu de discussões com os professores Oriowaldo Queda e José Vicente Tavares dos Santos. A partir daí, mantivemos a importância dada à proporção de mão-de-obra familiar existente na propriedade e agregamos mais um critério diferenciador que foi a acumulação ou não do capital. Seriam, então, explorações não-capitalistas aquelas que tivessem relações de produção predominantemente familiares e não procedessem a uma acumulação de capital. Como

⁵ No texto não há data alguma, mas tomei conhecimento dele em 1976.

⁶ SINGER (s/d: 56 grifos do autor): Para ele, o setor de subsistência é o "conjunto de unidades cujo produto se destina predominantemente ao consumo dos próprios produtores". Como ele mesmo diz, o problema está na definição de "predominantemente" e acrescenta: "A parcela destinada ao autoconsumo não tem que ser, em princípio, a maior parte, no sentido quantitativo do produto total: ela tem que ser a parcela decisiva do consumo, ou seja, da subsistência do produtor".

⁷ WANDERLEY (1976: 540) : "O camponês é forçado a se integrar no mercado: mercado de trabalho, de terras, de produtos e de insumos. É importante observar que esta integração não significa de nenhuma maneira a negação do caráter de subsistência da economia camponesa. Esta se define, não pela maior ou menor parcela da produção que é autoconsumida, mas pela natureza mesma da produção. Mesmo que toda esta venha a ser comercializada, a lógica de sua organização permanece orientada para a satisfação das necessidades básicas da família camponesa. Autoconsumo não é, pois, a mesma coisa que subsistência e se esta passa a ser garantida pela expansão do excedente que é comercializado, é porque esta foi a forma encontrada pelo capital para incorporar o sobretrabalho do camponês ao processo global de acumulação".

explorações capitalistas consideramos aquelas onde predominava o assalariamento e que procediam a uma acumulação.

Não foi fácil operacionalizar o novo critério, visto que o trabalho de campo já estava feito e nos faltava dados sobre custos operacionais relativos aos diferentes produtos. Estes dados foram conseguidos junto à Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. Apesar da série cansativa de cálculos que tivemos que fazer para saber se havia ou não acumulação, o critério mostrou-se um bom diferenciador. As pequenas explorações não conseguiam nem mesmo remunerar a mão-de-obra familiar nela empregada, enquanto as grandes obtinham saldo positivo após a dedução de todos os custos operacionais. As médias propriedades ficaram mais próximas das pequenas e das grandes.

Passamos, então, a conceituar os pequenos e médios produtores não como "produtores de subsistência", mas como "produtores de subsistência", mas como "produtores simples de mercadorias"⁸, na medida em que as mercadorias produzidas eram vendidas (trocadas por dinheiro) para comprar outras mercadorias destinadas ao consumo familiar e à obtenção de insumos para a produção. Se eles faziam algum investimento em bens duráveis, o que nem sempre era possível, o dinheiro investido não provinha do lucro, mas sim da parte correspondente ao salário não pago aos membros da família.

Esta foi a primeira e única vez que utilizamos o conceito de "produtor simples de mercadorias" para caracterizar a pequena produção. Quando tentamos retomá-lo, deparamo-nos com novas situações de campo e com duas críticas, a de SILVA (1982) e a de LOVISOLO (1989). Segundo o primeiro, a reprodução simples de mercadorias estaria circunscrita a um momento histórico específico⁹. Para o segundo, o conceito não deveria ser usado sem levar em conta a inserção desta forma de produção no capitalismo¹⁰. Não nos aprofundamos muito nessas críticas, porque já o conceito nos parecia defasado frente ao largo uso do crédito agrícola feito pelos pequenos proprietários de Santa Catarina que começávamos a estudar. Também seu alto grau de tecnificação fez-nos repensar.

1.2. - A Pequena Produção e a Questão do Excedente

Outro ponto importante quando se discute a pequena produção é a idéia de "excedente". Para vários autores (e foi assim que aprendi no meu tempo de estudante nos cursos de Sociologia Rural), seria "produtor de subsistência" aquele que vendia apenas o excedente de sua produção, o que "sobrasse". Por exemplo, caso a família tivesse produzido trinta sacos de milho e precisasse de apenas vinte para consumo e sementes, os dez restantes seriam vendidos porque estariam sobrando. O produtor de subsistência procuraria produzir, então, produtos cujo caráter alternativo permitisse que fossem tanto consumidos quanto vendidos, isto é, arroz, feijão, farinha de mandioca, milho e outros, e não algodão, fumo, agave, etc.

⁸ Sobre esse conceito ver MARX (1968 e 1974).

⁹ SILVA (1982: 131, rodapé, grifos do autor) : "Isso significa

que o camponês participa do processo de reprodução ampliada do capital em geral, sendo equivocado associá-lo à reprodução simples sob a alegação de que são produtores mercantis. Uma economia mercantil simples procede historicamente a produção capitalista segundo Marx; o processo de reprodução simples é, entretanto, apenas um passo lógico, didático, no seu raciocínio, visando mostrar que o capital se reproduz necessariamente sob a forma ampliada em condições normais."

¹⁰ LOVISOLO (1989: 160, rodapé) : "Negamo-nos a raciocinar como se a produção simples de mercadoria pudesse estar isolada de outros modos de produção. Negamos, portanto, que ela possa existir como um modo de produção independente. Da mesma forma, quando fazemos referência à produção da unidade familiar na agricultura estamos limitando nossas afirmações àquelas inseridas no capitalismo".

Mas esse não era o único conceito de excedente que havia. Para MARTINS (1975), nem sempre o excedente era de produtos, mas poderia ser de fatores de produção. Isto é, a família produtora aplicaria o que sobrasse de sua mão-de-obra e de sua terra no cuidado de produtos comerciais¹¹.

O conceito de excedente nunca me foi de grande valia, embora tenha contribuído para a produção de trabalhos importantes. Em minha primeira pesquisa aqui descrita já vimos que ele não era adequado. Na segunda e na terceira, ainda a descrever, também não, mas por motivos bastante diferentes, que analisaremos a seguir.

A segunda pesquisa foi realizada em 1978 no Brejo Paraibano (PAULILO, 1982). O objetivo era analisar a situação da mulher rural sem terra, isto é, mulheres de meeiros, "moradeiras" e trabalhadoras volantes. "Moradeira" era a mulher do morador, isto é, do empregado que morava nas terras do patrão e recebia uma pequena área para plantar. Esse pedaço variava de 1/4 de hectare a 2,5 ha. Geralmente plantavam-se alimentos, havendo poucos casos em que se plantava algodão. Criavam-se, também, pequenos animais.

O tamanho reduzido da terra disponível não permitia que as "sobras", tanto de produtos como de fatores de produção, existissem. Mesmo assim, vendia-se alguma parcela do que era produzido. Não pudemos, porém, considerar essa parcela como excedente porque raras vezes ela estava "sobrando". Vendia-se milho, feijão ou animais quando a família precisava de dinheiro para alguma necessidade como doença, viagens e outros, mesmo que mais tarde esses produtos tivessem que ser comprados novamente¹².

Na terceira pesquisa, realizada também em 1978, estudávamos uma forma interessante de parceria existente no Sertão Paraibano (PAULILO, 1989). A princípio, parecia tratar-se de pequenos produtores que produziam o tipo de excedente analisado por MARTINS (1975), pois que produziam para a subsistência da família, mas também produziam algodão para a venda. Porém, percebemos que a produção de algodão não era feita porque "sobravam meios de produção", mas por imposição do dono da terra e pela necessidade das famílias de terem algum dinheiro para viver durante os seis meses da estação seca, quando não é possível plantar. Nas duas regiões da Paraíba que analisamos a agricultura feita de maneira rudimentar (sem irrigação e longe da várzea dos rios e dos açudes) só é possível durante seis meses do ano.

A importância do plantio de algodão abrange vários aspectos. Em primeiro lugar, os proprietários não têm produção própria deste produto, isto é, não produzem algodão com mão-de-obra assalariada. Todo algodão vem da parceria. Com isso, além de ter em mãos um produto comercial, o dono da terra dispõe permanentemente de mão-de-obra para o gado, pois que os parceiros moram na própria propriedade, e o gado é um dos principais produtos da região, ao lado do algodão. Mas a relação entre os dois produtos não pára aí. Colhido o algodão, o rebanho se alimenta dos restos dessa cultura, bem como do resto das culturas de subsistência. Além disso, ao entregar o algodão para beneficiamento, a empresa beneficiadora permite aos proprietários comprar um dos subprodutos do algodão, a torta, a preço menor que o de mercado. A torta é usada para a alimentação do gado.

A maior prova, porém, de que o algodão não é um excedente é a existência do "fornecimento" e do assalariamento. Dá-se o nome de "fornecimento" ao adiantamento semanal feito pelo patrão ao morador, em dinheiro e/ou produtos, durante a época de inverno, isto é, durante

¹¹ MARTINS (1975: 12) falando sobre a produção de leite no Alto Paraíba diz: "O excedente não é o produto que sobra do consumo, mas o produto dos fatores de produção excedentes dos que forem utilizados na subsistência (no caso, a mão-de-obra e a terra com suas pastagens naturais)". SANTOS (1970: 70) utiliza esse conceito de excedente para explicar a produção de vinho no Rio Grande do Sul.

¹² A mesma situação foi encontrada por HEREDIA (1979), o que reforçou nossa convicção de que não se tratava de "excedente".

os seis meses em que não se planta. A dívida é paga, posteriormente, na safra seguinte. A venda de força de trabalho pela família do parceiro também é freqüente nesse período.

Nas duas pesquisas seguintes, uma em 1980 no oeste de Santa Catarina e outra em 1983 no sul do mesmo Estado, o conceito de excedente também não teve poder explicador, na medida em que a participação no mercado era intensa.

1. 3. Os Conceitos Genéricos: "Funcionalidade", "Subsunção" e "Trabalhador para o Capital"

Antes de entrarmos na discussão desses conceitos, precisamos falar um pouco da crítica ao "dualismo estrutural". Tomei conhecimento pela primeira vez desse conceito através do livro de Jacques Lambert - "Os dois Brasis"¹³. Segundo esse autor, o Brasil era um país com duas estruturas: uma atrasada e outra adiantada, ou seja, havia um setor industrial dinâmico e uma agricultura de subsistência que precisava ser desenvolvida. Esta idéia de dupla estrutura serviu como justificativa para as políticas de modernização do campo brasileiro. Desenvolvendo-se o setor "atrasado", o país deixaria de ser "subdesenvolvido"¹⁴.

Esta postura teve críticos. Dentre eles, DUARTE e QUEDA (1974) e MARTINS (1975). Para esses críticos, o setor "atrasado" e o "adiantado" seriam faces da mesma moeda, um progredindo com o que era extraído do outro¹⁵. Os produtos agrícolas precisariam ser vendidos a preços baixos para que os salários na cidade pudessem ser menores e a acumulação industrial maior¹⁶.

A idéia de uma compatibilidade e, mais que isso, a idéia de uma complementaridade entre formas de produção "atrasadas" e "adiantadas", ou "não-capitalistas" e "capitalistas", foi defendida por vários autores. A complementaridade era vista tanto a nível do sistema como um todo, entre setor urbano-industrial e pequena produção agrícola, como dentro de uma mesma grande propriedade agrícola, na medida em que parceiros e arrendatários contribuiriam para maior acumulação por parte do dono da terra¹⁷. Nós mesmas trabalhamos com esta segunda posição em texto já citado (PAULILO, 1982)¹⁸.

A idéia de complementaridade foi bastante aceita, chegando-se a falar de uma "funcionalidade" da pequena produção com relação ao capital urbano ou com relação às grandes propriedades agrícolas.

¹³ LAMBERT (1970). No bojo desta discussão está também a polêmica sobre se o meio rural brasileiro era feudal ou capitalista. São bastante conhecidas as posições divergentes de GUIMARÃES (1968) e PRADO JR. (1979) a respeito desse assunto.

¹⁴ Uma crítica "clássica" a essa postura é o texto de OLIVEIRA(1976).

¹⁵ MARTINS (1975:16) : "Os resultados da investigação mostram uma clara integração entre o rural e o urbano. Mostram que o nosso atraso agropecuário e o nosso progresso urbano-industrial não se explicam separadamente, constituindo um todo articulado".

¹⁶ MARTINS (1968: 13) : "É, pois, o estabelecimento tradicional que se constitui num dos pontos de apoio e efetivação do mundo capitalista e urbano no país. E é justamente esse tipo de estabelecimento que o mundo urbano pretende 'modernizar'. Ele precisa vender mercadorias, mas precisa, igualmente, comprar barato aquilo que consome. A realização do primeiro desejo destrói as possibilidades de efetivação do segundo".

¹⁷ Ver, entre outros, SÁ JR. (1976) e LOUREIRO (1977).

¹⁸ Por esta ocasião ganhou grande destaque o termo "articulação". Falava-se da articulação de um modo de produção dominante capitalista com modos secundários, da articulação deste mesmo modo dominante com formas pré-capitalistas ou não-capitalistas. "Pré-capitalista" e "não-capitalista" não eram sinônimos. "Pré" significava anterior e, às vezes, uma sobrevivência de situações historicamente superadas. O uso do "não" significava que essas formas subordinadas podiam mesmo ser criadas ou recriadas pelo próprio capitalismo. Quanto à discussão sobre se o campesinato constituiu-se ou não em um modo de produção ver, entre os defensores desta idéia, TEPICHT (1976) e, entre os críticos, SHANIN (1980).

A primeira crítica a esta idéia com a qual nos deparamos foi a de SILVA (1977)¹⁹. Mais tarde, outro SILVA (1982)²⁰ e SORJ (1980)²¹ criticaram a relação entre o preço dos produtos agrícolas e os salários urbanos.

Outros dois conceitos - subsunção formal e real constantes do capítulo inédito do livro "O Capital" (MARX, 1978) - serviram de base para novas análises sobre a articulação entre capital e pequena produção. Fala-se, também, em subordinação formal e real com o mesmo sentido²². A subsunção formal corresponde à subordinação, pelo capital, de um processo de trabalho pré-existente ao processo capitalista, através do prolongamento do tempo de trabalho, isto é, sob a forma de extração de mais-valia absoluta (MARX, 1978: 51-54 e 56-65). A subsunção real se dá quando há extração de mais-valia relativa, isto é, o modo de produção capitalista transforma o próprio processo de trabalho (MARX, 1978: 55-56 e 66-70)²³.

Por ocasião das pesquisas que realizamos no Nordeste, pensamos em utilizar o conceito de subsunção formal. Porém, lendo e relendo o capítulo inédito, não nos pareceu claro que se pudesse incluir como subordinados formalmente ao capital os agricultores que, em primeiro lugar, tinham terra para trabalhar, mesmo que alugada e, em segundo, seu processo de trabalho era rudimentar, não sofrendo influência das formas capitalistas de produção. Na ocasião, preferimos trabalhar com um conceito recuperado do feudalismo – “renda-em-trabalho” - para explicar como se dava a extração do sobretrabalho²⁴.

O uso dos conceitos de subordinação real e formal produziu trabalhos interessantes. Dentre eles, citamos dois - o de SANTOS (1978) e o de SILVA (1982). O primeiro considera pequenos produtores de uva do Rio Grande do Sul como "subordinados formais" ao capital. Embora fossem produtores de mercadoria, estes camponeses tinham seu processo de trabalho modificado pelas

¹⁹ SILVA (1977:11): "Finalmente é preciso também destacar explicitamente uma possível interpretação funcionalista da noção de formas de acumulação. A subordinação das relações pré-capitalistas ao capital não pode de modo algum ser compreendida como uma funcionalização dessas relações".

²⁰ SILVA (1982: 139-140): "Esses elementos, aliados à dificuldade de recriação da pequena produção na fronteira em processo de rápido 'fechamento', tem implicado uma redução gradativa da sua importância como possível rebaixadora dos custos da alimentação dos trabalhadores em geral".

²¹ SORJ (1980: 24-5): "Vários autores afirmaram que esses alimentos eram produzidos pelo setor tradicional de uma forma mais barata. Essa afirmação, porém, não fica claramente determinada: baratos com relação a quê e por quê?" A argumentação do autor é longa, mas para nossos propósitos basta citar ainda: "... o argumento de que os preços baratos dos alimentos implicariam a possibilidade de reduzir os salários urbanos desconhece que a determinação do nível de salários é mediada por uma série de fatores históricos e da luta de classes".

²² GALVAN (1989: 90, grifos do autor) faz uma crítica interessante ao uso indistinto desses dois termos: "Para designar as relações sociais próprias deste processo, o termo 'submissão' é impróprio e insuficiente. O outro termo, 'subordinação', é mais preciso, mas não expressa todo o conteúdo específico da subsunção. Comentarei brevemente as duas expressões".

'Submissão' não expressa a relação por ter em seu conteúdo uma certa carga de 'docilidade'; nas relações trabalho-capital, além e apesar de o trabalho subordinar-se ao capital, ele é um elemento vivo, em permanente medição de forças, gerando conflitos e oposições ao outro pólo formador da unidade que é a relação e o processo social capitalista. Desta maneira, o que é específico é que a força de trabalho, além de ser um dos elementos constitutivos...da relação social que a aprisiona e 'submete', é também um elemento que nega aquela relação e por isso mesmo sua 'subordinação' precisa ser reiteradamente afirmada".

²³ Sobre os conceitos de mais-valia absoluta e relativa ver MARX (1982-201-369).

²⁴ PAULILO (1982: 188): "No período feudal, o produtor direto trabalhava parte da semana para si e, na parte restante, trabalhava gratuitamente nas terras do senhor, pagando-lhe, assim, o direito de lavrar um pedaço de terra em seu proveito. Nos latifúndios canavieiros, o produtor direto trabalha parte da semana para si, às vezes somente durante o sábado e o domingo, já que a falta de dinheiro o obriga a trabalhar mais que os dias exigidos, e parte da semana remuneradamente para o patrão. Porém, o salário que recebe não é suficiente para garantir a sua reprodução. Ela só é garantida porque parte da subsistência, sua e da família, esta assegurada pelo roçado familiar. O trabalhador só tem direito a explorar esse roçado na medida em que se sujeita a receber uma diária menor do que a que seria necessária para cobrir sua reprodução: Parte de seu dia de trabalho, portanto, não é paga. É fornecida gratuitamente ao patrão em troca da permissão de cultivar um pedaço de terra. Estamos diante, então, de uma forma de renda fundiária paga em trabalho".

exigências das indústrias produtoras de vinho. O segundo utiliza esses conceitos para retrabalhar a idéia de "novo camponês" ou "trabalhador para o capital"²⁵. Para eles, são "trabalhadores para o capital" todos aqueles que contribuem para a acumulação do "capital", representado em seu raciocínio tanto pela grande lavoura de exportação quanto pela agroindústria e pelo capital comercial. Portanto, moradores, agregados, colonos, posseiros, meeiros, pequenos arrendatários, sitiantes, etc. seriam todos "trabalhadores para o capital", mesmo conservando o acesso à terra.

O grau de generalidade desses conceitos se, por um lado, permite-nos perceber o que há de comum em situações aparentemente bastante diversas, amoldam-se mais aos estudos relativos aos movimentos e necessidades do "capital" que aos movimentos e necessidades a ele subordinados ou, se aceitarmos as observações de GALVAN (1989) já citadas, a ele "subsumidos". Há diferenças significativas na visão de mundo e nos movimentos reivindicatórios das diferentes figuras sociais identificadas pelo conceito de "trabalhadores para o capital"²⁶.

Em nosso atual projeto de pesquisa - "Pequenos Produtores Catarinenses: projetos de vida" - a diversidade preocupa-nos mais ainda que em trabalhos anteriores, pois estamos procurando verificar se há ou não projetos de vida diferenciados em uma mesma categoria de produtores: os sem-terra assentados em Putinga. E é para discutir como melhor fazer isso que trouxemos nosso texto para discussão.

1.4. A Opção por Outra Postura Teórica e seus Riscos

Nossa tese de doutoramento constituiu-se numa ruptura com os trabalhos anteriores, ruptura tão forte que escolhemos nos doutorar em Antropologia e não Sociologia. Até esse comportamento que pensamos ser idiossincrático foi devidamente coletivizado na reunião já citada do PIPSA em Belém. Lá os presentes criticaram os sociólogos rurais por estarem perdendo sua identidade própria, comportando-se ora como economistas, ora como antropólogos. Esse comportamento tinha o lado positivo de tentar romper limites, mas parecia haver uma saudade generalizada de algumas "virtudes" que estavam sendo abandonadas nesse cruzamento de fronteiras, fronteiras construídas, mas nem por isso menos presentes²⁷.

O que importa resgatar aqui desta tese é o uso dos trabalhos de Max WEBER como instrumento heurístico. O objeto de estudo era a relação dos produtores de suínos, aves e fumo ligados às agroindústrias com estas mesmas agroindústrias. Estes produtores são conhecidos na região como "produtores integrados". A questão central era: como o produtor integrado vê a si mesmo enquanto parte da relação de integração? WEBER entra no trabalho por muitas portas, a saber: primeiro, a possibilidade de fazer uma pesquisa centrada nos atores sem cair numa perspectiva individualista, na medida em que o ator é "portador" de valores socialmente condicionados. Segundo, o conceito de dominação racional que nos permitiu entender por que, mesmo criticando, os integrados aceitavam determinadas exigências. Aceitação e passividade nem sempre são sinônimos. Terceiro, o conceito de dominação tradicional que ajudava a resgatar continuidades entre o poder dos antigos comerciantes e o poder atual das agroindústrias. Quarto, o peso dado à esfera da circulação, ou seja, ao mercado como um dos aspectos condicionadores da conduta de grupos sociais. O quinto e último ponto é o que mais interessa agora. É a visão weberiana de que de que são essencialmente fragmentárias e contraditórias²⁸. Foi esta concepção

²⁵ Este conceito foi, primeiro, utilizado por WANDERLEY (1979) e retomado por SILVA(1982).

²⁶ Em nossa tese de doutoramento, procedemos a uma longa discussão, principalmente com o trabalho de SILVA (1982), onde desenvolvemos este ponto (PAULILO, 1987: 14-21).

²⁷ A crítica à atomização e extrema especialização da ciência e as respostas que a interdisciplinaridade e algumas visões holistas tentam dar a elas são bastante conhecidas de todos nós.

²⁸ "Para la sociología no presenta ninguna dificultad el reconocimiento de que distintos órdenes contradictorios entre si puedan 'valer' unos al lado de otros dentro de un mismo círculo de hombres. Es más, el mismo individuo puede orientar

que nos permitiu admitir a convivência de valores "camponeses", "pequeno burgueses" ou "capitalistas" num mesmo indivíduo, num dado momento histórico. Para "desmontar" a matriz valorativa que orientava a conduta dos produtores analisados, usamos como recurso metodológico a construção de tipos ideais.

Se, como diz COHN (1979: XIII) e com o qual concordamos plenamente, "o esquema weberiano é especialmente poderoso" para dar conta de "situações empíricas de conflitos de interesse e de poder, sempre que eles sejam tomados na suas manifestações particulares", este mesmo esquema dificulta (pelo menos na forma em que o utilizamos) chegar a explicações mais genéricas que ultrapassem as "manifestações particulares". Sentimos, ao final do trabalho, que nossa opção metodológica tinha nos levado ao que o escritor russo Nikolai Gogol diz em um de seus contos: "talhar bem e coser mal".

Na pesquisa atual pretendemos continuar "talhando" concepções de mundo para entendermos os conflitos existentes dentro do assentamento estudado mas, ao mesmo tempo, queremos captar o movimento mais amplo de uma categoria de trabalhadores que construiu a si mesma enquanto "sem-terra" e se impôs como objeto de estudo. Antes de 1985, quando cerca de 2000 famílias acamparam no oeste catarinense e reivindicaram terra, pouco se falava dos assalariados rurais, mas falava-se, isto sim, de Santa Catarina como um Estado de pequenos produtores. A tal ponto eram esquecidos estes trabalhadores que, ao fazermos a pesquisa de nossa tese de doutoramento em 1983, tivemos a impressão de que eles faziam "parte do cenário". Ninguém se referia a eles embora fossem visíveis (PAULILO, 1990: 8).

Para clarear a dupla necessidade de "separar" e "juntar", temos que falar, mesmo que brevemente, da situação encontrada no assentamento. Estamos, então, no próximo item.

2. A RELAÇÃO CONCEITO/REALIDADE NO ESTUDO DE ASSENTAMENTOS

O mínimo que se pode dizer da realidade do assentamento estudado é que é bastante dinâmica. Ele foi formado há cerca de três anos (1986)²⁹. Lá quase tudo ainda está sendo construído: a relação entre as famílias, a formação de grupos semicoletivos, os tipos de produtos a serem plantados, etc. Mesmo para os técnicos que trabalham no assentamento há dois anos, a impressão é a mesma: a de que o assentamento muda todo dia. Na verdade, o assentamento não reproduz modelos de pequena produção já existentes no país³⁰.

Se é difícil falar do que o assentamento "é", alguns pontos sobre o que ele "não é" podem ser levantados. E, verificando o que ele "não é", percebemos que os conceitos com que antes havíamos trabalhado eram de menor serventia. Vejamos por quê. Quanto aos conceitos mais genéricos de "funcionalidade", "subordinação formal" e "trabalhadores para o capital" já explicamos a razão. Estamos menos preocupadas com a dinâmica do "capital" que com a dinâmica interna do próprio assentamento. Resta ver a adequação dos conceitos relativos à idéia de subsistência.

O assentamento se constitui de 222 famílias, das quais cerca de 40 pertencem a grupos coletivos. Das restantes, a grande maioria pertence a grupos semicoletivos. Os grupos coletivos têm ou pretendem ter, a curto prazo, todos os seus bens coletivizados: terra, máquinas, lavouras e animais. Até as compras de bens de consumo familiares são coletivas. A distribuição de tarefas e as decisões referentes a compras e vendas, investimentos e quaisquer outras são tomadas em reuniões semanais do grupo.

su conducta en diversos órdenes contradictorios; y no sólo de modo sucesivo, cosa de todos los días, sino aun en una misma acción". (WEBER 1977: 26).

²⁹ Para a reelaboração deste item e de alguns outros pontos do trabalho, contamos com a crítica dos colegas: Ilse Scherer-Warren, Paulo José Krischke, Paulo F. Vieira, Tamara Benakouche, Luzinete Simões e Terezinha G. Volpato. Se nem todas as críticas puderam ser incorporadas, não foram esquecidas.

³⁰ A pesquisa de campo foi realizada em novembro de 1989.

Os grupos semicoletivos são os que, geralmente, têm só máquinas em comum. Alguns fazem lavouras coletivas, mas não ocupam a terra toda disponível e, também, não coletivizam os gastos familiares. Algumas famílias permanecem estritamente "individuais", mas esse não é o padrão mais comum. O mais comum é o semicoletivo. Isto já introduz um elemento significativamente novo com relação a nossas pesquisas anteriores. Embora antes tivéssemos nos deparado com posse coletiva de máquinas, nunca na proporção que encontramos no assentamento.

Sustentar a família com o produto da terra e vender o excedente mostrou-se impossível. A terra não é boa para a lavoura, exigindo, inclusive, uma correção feita pela aplicação de calcário. Embora a produção esteja crescendo dentro do assentamento, a principal fonte de renda é o carvão vegetal, conseguido através da extração da madeira existente na terra onde foram assentados. O desmatamento da região é impressionante. Tanto as grandes madeiras, como os pequenos produtores, exploram a madeira sem maiores preocupações ecológicas. À primeira vista, a extração e venda da madeira poderia parecer uma atividade feita com o excedente de mão-de-obra existente na família. Mas isto não é bem real. Esta extração está se dando através do uso intensivo de máquinas compradas com os financiamentos liberados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento. Portanto, considerar esse produtor como de subsistência pela presença de qualquer tipo de excedente seria um procedimento forçado.

Se é difícil considerá-los "de subsistência" por sua situação atual, mais difícil ainda se torna quando nos deparamos com seus projetos para o futuro. Embora não tenhamos iniciado, ainda, a análise dos dados de campo, é possível fazer uma separação dual, "a grosso modo". Por um lado, há um projeto defendido pela Igreja Católica e pelo Movimento dos Sem-Terra, o qual está incorporado nos grupos coletivos, que é o de criar "empresas rurais" com grande número de produtores, máquinas e ativa participação no mercado. Para esses atores, a pequena produção não tem como subsistir no Brasil. Recriar pequenos produtores agora seria recriar sem-terra amanhã. Por outro lado, existem os projetos individuais, isto é, produtores que pretendem, a partir da terra e dos financiamentos conseguidos, manter a família e prosperar financeiramente. Os semicoletivos não têm um projeto próprio. Dividem-se entre aqueles que acham possível caminhar para uma coletivização maior e aqueles que pretendem, uma vez superadas as dificuldades dos anos iniciais, tornarem-se produtores individuais. Mas, para todos está claro que ser um pequeno produtor "tradicional", isto é, com pouca terra, não mecanizado e sem insumos modernos não é solução, pois boa parte veio desta situação. São filhos ou netos de produtores com pouca terra e lavouras "tradicionalis".

Há, pois, dentro do assentamento um choque de pelo menos dois projetos que só se identificam no momento em que não querem reproduzir a pequena propriedade não tecnificada. Tanto assim que é motivo de crítica, por parte de elementos da sociedade local, a quantidade de máquinas existente no assentamento. Ouvem-se frases como "eles querem ser empresários e não agricultores"³¹. Porém, saindo desta concordância inicial, o resto é dissenso, dissenso este que gira, principalmente, em torno de dois pontos: 1) a viabilidade ou não da pequena produção tecnificada, e 2) a possibilidade ou não de que os grupos coletivos formem germes de uma nova sociedade, mais igualitária e democrática. Os que defendem o projeto coletivo não crêem na viabilidade da pequena produção no Brasil e esperam que, a partir de suas experiências e de sua luta, haja mudanças significativas na sociedade brasileira. Já os "individuais" crêem na viabilidade da pequena produção e lutam por ela, estando menos preocupados em influir na sociedade mais ampla.

³¹ Uma hipótese que poderia ser testada a respeito desta crítica é a existência de uma idéia um tanto "romântica" ou talvez "bucólica" sobre a pequena produção e, conseqüentemente, sobre a Reforma Agrária por parte da população urbana local. Essa idéia teria como elemento central a concepção de que fixar famílias no campo seria "bom" porque diminuiria o número de favelas e, conseqüentemente, a criminalidade. Ao mesmo tempo, essas famílias preservariam valores morais tradicionais como a importância do núcleo familiar, a autoridade paterna e outros. Ver esses pequenos produtores terem um comportamento mais associado aos valores tidos como urbanos parece ser visto como uma ameaça, uma espécie de "traição".

A presença de pelo menos dois projetos diversos não impede que o assentamento, em diferentes momentos, aja como um todo. Vimos por exemplo que, nas eleições presidenciais do ano passado (1989), os assentados em peso votaram no Lula e no Brizola, com forte predominância do primeiro.

Mas há consenso também em momentos menos atípicos como o são os de eleição. Há, em Putinga, bens e serviços coletivos. Há uma associação eleita por voto direto e que toma suas decisões através de assembleias gerais compostas pelos assentados. Além disso, existem mais três setores coletivos, o de caminhões, o de apicultura e o de mercado, aos quais os moradores podem se associar pagando pequenas taxas. O setor de caminhões fornece transporte e fretes a preços mais baixos que os de mercado. O de apicultura produz mel, que é distribuído pelos associados. O de mercado, ainda em consolidação, pretende fornecer bens de consumo a preços mais baixos que o do comércio local.

Enquanto redigimos este trabalho, a situação do assentamento continuou mudando. As últimas informações que tivemos referem-se a grandes dificuldades vividas pelos grupos coletivos. Eles estariam se desmanchando, enquanto seus membros continuavam acreditando no modelo coletivo. As explicações dadas pelos atores é a ausência de recursos causada pelo último plano econômico do governo e desavenças pessoais³². O papel do pesquisador porém, é ir além do discurso. Que a atual situação econômica do país seja difícil para eles creio que ninguém duvida, mas estes mesmos atores conseguiram se unir em situações econômicas mais adversas ainda, que foi quando acamparam para conseguir terra. Quanto às desavenças pessoais, elas sempre estão presentes, mas em geral se acirram por causas não pessoais. Nossa hipótese é a de que existe mais um possível fator explicativo: o de que o modelo da pequena produção proposto pelo MST é não só, como já dissemos no início do trabalho, "interessantemente híbrido", como também "perigosamente híbrido". Será possível a convivência dos valores envolvidos?

Eis, portanto, nosso objeto de estudo. Entender, ao mesmo tempo, a união e a desunião³³. Para compreendermos a desunião, pretendemos ver como o modelo proposto pelo MST se fragmenta no discurso dos entrevistados. Para isso, o esquema weberiano conserva sua utilidade.

Como entender a união? Nossa hipótese é a de que ela é resultado da luta conjunta pela conquista da terra e, também, pelo desenvolvimento do conjunto de idéias que, se de início contou com a influência de mediadores³⁴, foi incorporado pelos entrevistados. Uma pessoa não entra numa luta destas e sai igual ao que era antes. Os que lutaram adquiriram uma consciência de si mesmos enquanto grupo, da origem social de problemas antes vistos como individuais e, mais que isso, adquiriram consciência de que é possível lutar e conseguir algumas vitórias. Assim sendo, pensamos que o conceito de "classe" poderia aqui ser utilizado depois de algumas reflexões.

Antes de entrarmos nessa reflexão, devemos dizer que estamos, agora, usando os termos "pequena produção" e "campepinato" como sinônimos. Se fôssemos igualar os dois termos genericamente, a discussão seria longa. Portanto, restringimo-nos ao caso dos assentados. São pequenos produtores por terem pouca terra e produção limitada, e camponeses por conservarem a identidade entre a unidade de produção e a de consumo e o trabalho ser familiar.

A discussão sobre se o campepinato constitui-se ou não numa "classe" também é uma discussão longa. Basta citar o texto de SHANIN (1980), onde ele mostra como dos escritos de Karl

³² Agradecemos à Profa. Dra. Eulália E. Cardoso novas informações por ela obtidas em pesquisa de campo realizada em agosto de 1990.

³³ No trabalho de BERGAMASCO et alii (1989: 2 e 20, grifos nossos), aparece também a desunião e a união: "Compreender o fazer-se dos assentamentos coloca-nos diante de muitos desafios nutridos pela tentativa de interpretá-los não como parte de uma história já determinada, mas como expressão de um movimento tenso, do qual participam agentes munidos de projetos distintos: trabalhadores rurais, Estado, igreja, sindicatos e partidos políticos".

E mais adiante:

"Apesar da diversidade das mobilizações e dos projetos dos agentes nelas inseridos, há elementos unificadores. Todos expressam reações à espoliação que invade o campo de produção e reprodução desses agentes".

³⁴ O papel importante da Igreja Católica junto ao MST é bastante conhecido. Ver, entre outros, SCHERER-WARREN (1985).

Marx pode-se tirar várias posições diferentes. Mas, como estamos utilizando esse conceito num sentido “político” e não “estrutural”, a definição de "classe para si" deste mesmo autor responde às nossas necessidades na medida em que diz:

"'Classe para si' representa aqui não apenas uma definição mais extensiva do que 'classe em si', mas também um nível diferente de abstração, não apenas como uma construção analítica, não apenas 'portadora' de características de uma 'matriz' geral, mas um grupo social que existe na consciência direta e na ação política de seus membros ...Somente a conceituação de uma classe como ator e sujeito da história social permite levantar questões como cristalização e descristalização de classe, coalizações de classes temporárias, retiradas, vitórias e derrotas. A luta de classes significa, neste nível, não apenas uma contradição objetiva de interesses, mas uma confrontação real de organizações específicas, palavras de ordem e homens" (SHANIN, 1980: 70/1, grifos nossos).

Os sem-terra têm consciência de si mesmos enquanto sem-terra, tanto que foram eles que impuseram esta denominação aos pesquisadores, e agem politicamente conforme esta identidade, não importando nem mesmo se alguns já estavam vivendo nas cidades. Além disso, vivem "uma confrontação real de organizações específicas, palavras de ordem e homens". Nesse sentido, lidar com fragmentos e conflitos, que é parte de nossos objetivos, não invalida o uso do conceito de "classe". Permitimo-nos não entrar na distinção que SHANIN faz entre "classe em si" e "classe para si", utilizando apenas o conceito de "classe". Considerá-los assim não é um "happy end" como diz o próprio SHANIN (1980: 71), mas talvez seja um "bom começo", na medida em que não o fazemos em abstrato, mas diante de uma problemática já definida³⁵.

Outro texto nos ajudou na decisão de trabalhar com o conceito de classe: THOMPSON (1979). Segundo este autor, tal conceito pode ser utilizado para situações tanto para situações empiricamente observáveis, como de maneira heurística. Neste segundo caso, pode ser usado mesmo quando, empiricamente, não há ainda uma classe constituída, sendo então inseparável do conceito de "luta de classes". Empregar heurísticamente o conceito de classe, para THOMPSON, não é algo desprovido de dificuldades mas, também, não há outro conceito que o substitua satisfatoriamente em certos momentos. Tanto é assim que historiadores de sociedades antigas, feudais e precocemente modernas têm utilizado o conceito "não sem dificuldades mas com êxito notável". Ele também ressalta que a "luta de classes" é anterior à existência da própria "classe", pois as classes se descobrem como tal na luta. Em suas próprias palavras:

"...clase, en su uso heurístico, es inseparable de la noción de "lucha de clases". En mi opinión, se ha prestado una atención teórica excesiva (gran parte de la misma claramente ahistórica) a 'clase' y demasiado poca a 'lucha de clases'. En realidad, lucha de clases es un concepto previo así como mucho mas universal. Para expresarlo claramente: las clases no existen como entidades separadas, que miran en derredor, encuentran una clase enemiga y empiezan luego a luchar. Por el contrario, las gentes se encuentran en una sociedad estructurada en modos determinados (crucialmente, pero no exclusivamente, en relaciones de producción), experimentan la explotación (o la necesidad de mantener el poder sobre los explotados), identifican puntos de interés antagónico, comienzan a luchar por estas cuestiones, y en proceso

³⁵ Quanto aos problemas da excessiva generalização, ver VELHO(1982: 82199). O próprio título do artigo é bastante sugestivo -"Campesinatos e política".

de luta se descobrem como classe, y llegan a conocer este descubrimiento como conciencia de classe. La classe y la conciencia de classe son siempre las últimas, no las primeras, fases del proceso real histórico" (THOMPSON, 1979: 37, grifos nossos).

Ver os assentados como uma classe em luta que, ao mesmo tempo, constrói-se dinamicamente nesta mesma luta, permite-nos analisar as forças aglutinadoras e desaglutinadoras de seus projetos, de suas "utopias", e permite-nos, também, mapear as contradições internas ao assentamento e externas a ele. Acreditamos que identificar os pontos de dissenso e suas causas seria uma forma de clarear as possibilidades de união, seja consensual, seja estratégica. Unindo-se, os antigos sem-terra terão maiores possibilidades de não voltarem a sê-lo. Há, pois, em nossa pesquisa o pressuposto de que a luta desse grupo de pessoas não é e não foi vã, pressuposto que não se baseia na adequação econômica ou social da Reforma Agrária para a sociedade como um todo, mas se baseia na crença de que o projeto de uma classe pode ser conseguido, mesmo que em parte, quando esta mesma classe se dispõe a lutar por ele.

BIBLIOGRAFIA

01. BERGAMASCO, Sônia P.; FERRANTE, Vera L.B.; D'AQUINO, Terezinha. 1989. "Assentamento em balanço: a roda-viva de seu passado/presente". XIII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu-MG, mimeo. 60p.
02. CARVALHO, Abdias V. de. 1989. "Transição política e democracia: um espaço para a Reforma Agrária?". Trabalho apresentado no XIII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu-MG, mimeo. 56p.
03. DUARTE, J.C. e QUEDA, O. 1974. Agricultura e acumulação. Revista Debate & Crítica. SP, 2: 90/7.
04. GALVAN, Cesare C. 1989. Capital - tecnologia e questionamentos. João Pessoa, Shorin, 102p.
05. GUIMARÃES, Alberto Passos. 1968. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
06. HEREDIA, Beatriz M.A. de. 1979. A morada da vida. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 164p.
07. LAMBERT, Jacques. 1970. Os dois Brasis. São Paulo, Nacional, 277p.
08. LENZI; DICKIE e PAULILO. 1981. "Análise da ação assistencial e extensionista de órgãos públicos e privados em área rural do Estado de Santa Catarina", relatório de pesquisa apresentado à UFSC/FUCAT. Florianópolis, mimeo. 194p.
09. LOUREIRO, M. Rita G. 1977. Parceria e capitalismo. Rio de Janeiro, Zahar.
10. LOVISOLO, Hugo R. 1989. Terra, trabalho e capital; produção familiar e acumulação. Campinas, UNICAMP. 231p.
11. MARTINS, José de S. 1968 e 1975. Tradicionalismo e capitalismo. São Paulo, Pioneira. 161p.

12. MARX, Karl. 1968. O capital. RJ, Civilização Brasileira, Livro 1. Vol. 1.
13. _____.1974. "O rendimento e suas fontes - a economia vulgar". Os Pensadores. SP , Abril, Vol. XXXV, 413 p. , pp. 265-328.
14. _____.1975. Formações econômicas pré-capitalistas. RJ, Paz e Terra. 136p.
15. _____.1978. O Capital. SP, Ciências Humanas Ltda. Livro I, Cap. VI (Inédito).
16. _____. 1982. O Capital. SP, DIFEL, Livro 1, Vol. I, 579p.
17. MANNHEIM, Karl. 1972. Ideologia e utopia. RJ, Zahar. 330p.
18. NEVES, Delma. 1982. "A modernização das unidades de produção agrícola e as relações de trabalho". RJ , mimeo. 49p.
19. OLIVEIRA, Francisco de. 1976. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Seleções CEBRAP I, SP, Brasiliense. 134p., pp.6/78.
20. PAULILO, M. Ignez. 1976. "O trabalho da mulher no meio rural", dissertação de mestrado apresentada na ESALQ/USP. Piracicaba, mimeo. 145p.
21. _____.1982. "A mulher e a terra no Brejo Paraibano". In: FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Trabalhadoras do Brasil. SP, Brasiliense. 203p., pp. 163/90.
22. _____.1987. "A integração no sul do Estado de Santa Catarina", tese de doutoramento apresentada no Museu Nacional/ UFRJ. RJ, mimeo. 312p.
23. _____.1989. "A parceria no Sertão Paraibano". Revista Temas Rurais. Recife, 2 (5): 9/25, set./dez.
24. _____.1990. Produtor e agroindústria: consensos e dissensos. Fpolis, UFSC/FCC. 182p.
25. PRADO JR., Caio. 1979. A questão agrária no Brasil. SP, Brasiliense. 188p.
26. SÁ JR., Francisco. 1976. "O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência". Seleções CEBRAP. SP, 1: 81/134.
27. SANCHEZ, Felix R.R. 1988. "A trajetória do projeto de Reforma Agrária na Nova República: um balanço preliminar", trabalho apresentado no XXII Congresso Latinoamericano de Sociologia. Montevideu, mimeo. 19p.
28. SANTOS, J. Vicente T. dos. 1975. "A vivência camponesa da insuficiência econômico-social". Rev. Debate & Crítica, SP, 6: 171/176.
29. _____. 1978. Os colonos do vinho. SP, Hucitec. 128p.

30. SCHERER-WARREN, Ilse. 1985. "O movimento dos trabalhadores rurais no sul do Brasil: seu papel na democratização da sociedade". In: DIAS, J. de Souza (org.). Santa Catarina: os anos do golpe em perspectiva. RJ, Vozes.
31. SHANIN, T. "1980. "A definição do camponês: conceituações e desconceituações - o velho e o novo em uma discussão marxista". Estudos CEBRAP, RJ, Vozes, 26; 41/80:
32. SILVA, J. Graziano da. 1982. A modernização dolorosa. RJ, Zahar. 192p.
33. SILVA, Sérgio. 1977. "Formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo no campo". In: PINSKY, J. (org.). Capital e trabalho no campo. SP, Hucitec. 146p. pp. 7/24.
34. SINGER, Paul. S/d. "Elementos para uma teoria de emprego aplicável a países não desenvolvidos". Cadernos CEBRAP, SP, 18: 1/63.
35. SORJ, Bernardo. 1980. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. RJ, Zahar. 152p.
36. TEPICHT, Terzy. 1976. Marxisme et agriculture. Le paysan polonais. Paris, Armand Colin, Cap. 1, pp. 13-46.
37. TAVARES, R. 1988. "Reforma e Contra-Reforma Agrária na transição política - Brasil (1979-1988)", trabalho apresentado no XXII Congresso Latinoamericano de Sociologia. Montevideu, mimeo. 56p.
38. THOMPSON, P. Tradición, revuelta y consciencia de clase; estudios sobre las crises de la sociedad preindustrial. Barcelona, Ed. Crítica, 1979.
39. VELHO, Otávio C. 1982. Campesinatos e política. Sociedade e Cultura. RJ, Zahar. 145p. pp. 82/99.
40. WANDERLEY, M. Nazareth B. 1976. "Algumas reflexões sobre o campesinato do Nordeste: conceito e realidade". Revista Ciência e Cultura. SP, 29: 537/44.
41. _____.1979. "O camponês: um trabalhador para o capital". Campinas, mimeo. 113p.
42. WEBER, Max. 1977. Economía y sociedad. México, Fondo de Cultura Económica. 1237 p.